



PARECER PRÉVIO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12717/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Almino Gonçalves de Albuquerque (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP, DICREA e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5646/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas da Prefeitura de Tapauá, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 4/2002 (Resolução Interna - TCE/AM).

- 11- **Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 23 de Outubro de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 12717/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Almino Goncalves de Albuquerque (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP, DICREA e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5646/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tapauá. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura de Tapauá, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica – TCE/AM);
- 10.2. **Considerar em Alcance**, nos termos do art. 304 da Resolução nº 4/2002 (Regimento Interno – TCE/AM), o **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**, Prefeito de Tapauá no exercício de 2016, no valor total de **R\$ 22.282.823,12** (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e doze centavos), dos quais **R\$ 22.120.167,02** (vinte e dois milhões, cento e vinte mil, cento e sessenta e sete reais e dois centavos) relativos às restrições 16, 19 e 24, elencadas na Notificação nº 1/2017-DICAMI/CI, as quais foram individualmente especificadas e fundamentadas no Relatório Conclusivo nº 141/2019, e **R\$ 162.656,10** (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e dez centavos) relativos às restrições 1.6.1 e 1.6.2, e seus respectivos subitens (1.6.1.1 a 1.6.1.4 e 1.6.2.1 a 1.6.2.6), não sanadas, elencadas na Notificação nº 1/2017-CI/DICOP/PM/TAPAUÁ, as quais foram individualmente especificadas



ACÓRDÃO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

e fundamentadas no Relatório Conclusivo nº 119/2018; que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Tapauá;

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Prefeito de Tapauá no exercício de 2016, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 4/2002, atualizada pela Resolução nº 4/2018, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondentes às restrições 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 26, 27 e 28, elencadas na Notificação nº 1/2017-DICAMI/CI, as quais foram individualmente especificadas e fundamentadas no Relatório Conclusivo nº 141/2019, e restrições 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8, elencadas na Notificação nº 2/2017-DICREA/CI e no Relatório Conclusivo nº 1/2019-DICREA/CI, não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque, Prefeito de Tapauá no exercício de 2016, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), pela prática de ato antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário, fundamentado no art. 308, V, do Regimento Interno c/c art. 54, III, da Lei n. 2423/96, em razão das restrições 16, 19 e 24, elencadas na Notificação nº 1/2017-DICAMI/CI, as quais foram individualmente especificadas e fundamentadas no Relatório Conclusivo nº 141/2019, e das restrições 1.6.1 e 1.6.2, e seus respectivos subitens (1.6.1.1 a 1.6.1.4 e 1.6.2.1 a 1.6.2.6), não sanadas, elencadas na Notificação nº 1/2017-CI/DICOP/PM/TAPAUÁ, as quais foram individualmente especificadas e fundamentadas no Relatório Conclusivo nº 119/2018; que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do



ACÓRDÃO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Determinar à atual gestão da Prefeitura de Tapauá que:

10.5.1. Alimente o Sistema GEFIS integralmente e de forma tempestiva, observando rigorosamente os prazos de envio dos relatórios estabelecidos pela LRF;

10.5.2. Atualize o Portal da Transparência nos termos da Lei Complementar Federal 131/2009;

10.5.3. Busque meios, junto à Procuradoria Geral do Município, de reaver os recursos especificados no item 20 da Notificação nº 1/2017-DICAMI/CI (fls. 500/508), caso ainda não o tenha feito, o que deve ser objeto da próxima inspeção *in loco* desta Corte de Contas;

10.5.4. Quite os passivos trabalhistas existentes, especificados no item 21 da Notificação nº 1/2017-DICAMI/CI (fls. 500/508), caso ainda não o tenha feito;

10.5.5. Implemente e desenvolva Controle Interno adequado, de boa relação custo-eficácia, para gestão orientada a resultados;

10.6. Determinar à atual Administração da Prefeitura de Tapauá que observe rigorosamente as Resoluções nº 5/1990, 6/1990, 4/2002 e 7/2002-TCE/AM, e as Leis nº 2.423/96, 8.666/93 e 4.320/64;

10.7. Determinar o encaminhamento de cópia integral dos autos, em mídia digital, inclusive do Acórdão, ao **Ministério Público Estadual** e à **Procuradoria Geral do Município de Tapauá** para adoção de medidas que entenderem cabíveis, com fundamento no art. 1º, XXIV, da Lei nº 2.423/96;

10.8. Dar ciência da decisão ao **Sr. Almino Gonçalves de Albuquerque**;

10.9. Arquivar o processo nos termos regimentais, após cumpridas as medidas acima descritas.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº 47/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 47/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral